

**HABEAS CORPUS Nº 565.128 - DF (2020/0056911-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : ANTONIO ROBERTO SANCHES  
**ADVOGADO** : ANTÔNIO ROBERTO SANCHES - SP075987  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS  
**PACIENTE** : GUILHERME MENDES DIAS CAMPOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PENAL. ESTELIONATO. INIDONEIDADE NO RECONHECIMENTO DA REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE. ABUSO DE CONFIANÇA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. PRECEDENTES DO STJ. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DENEGADA A ORDEM.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GUILHERME MENDES DIAS CAMPOS apontando como Coator o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Segundo o Impetrante, o ora Paciente foi condenado por estelionato, descrito no art. 171 do Código Penal, à pena de 2 (dois) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, em regime inicial semiaberto (fl. 4).

Narra a Defesa que o Tribunal *a quo* manteve a condenação e a dosimetria impugnadas (fl. 5).

Daí o presente *mandamus*, em que o Impetrante sustenta haver constrangimento ilegal, pois as instâncias ordinárias teriam exasperado "*a pena do Paciente, fixando regime mais gravoso e afastando a aplicação das benesses previstas no artigo 44 e 77 do Código Penal, em decorrência de reincidência específica inexistente, nos termos do artigo 63 do Código Penal*" (fl. 6; sem grifos no original).

Segundo a Defesa, "*sequer é possível aferir a cronologia dos crimes, visto que, em se tratando de site de vendas 'online', ambas as compras, realizadas por aqueles que supostamente não receberam seus produtos, foram efetuadas no dia 11 de dezembro de 2011 – mesmo assim, a partir de condutas simultâneas, entendeu o Tribunal de Justiça cabível o agravamento da pena de um delas em decorrência da condenação pela*

# Superior Tribunal de Justiça

outra" (fl. 7).

Afirma que a reincidência é configurada "*quando o agente comete novo crime depois de transitada em julgado a sentença que o condenou por crime anterior, conforme previsão do artigo 63 do Código Penal*" (fl. 7).

Alega, ainda, a inidoneidade da valoração negativa da circunstância judicial da culpabilidade (fl. 10).

Requer "*seja concedida a ordem de Habeas Corpus, liminarmente, em favor do PACIENTE, para o efeito de, reconhecendo-se as ilegalidades constantes do édito condenatório e a manutenção pelo Acórdão impugnado, seja reformado para afastar a reincidência, a valoração negativa de circunstância judicial e fixar o regime adequado, com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos*" (fl. 17).

Ao final, pede a ratificação da liminar (fl. 18).

O pedido liminar foi indeferido (fls. 748-749).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem de *habeas corpus*, em parecer que recebeu a seguinte ementa (fl. 754):

"PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. INIDONEIDADE NO RECONHECIMENTO DA REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. TEMA NÃO ABORDADO PELA CORTE ORIGINÁRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. VALORAÇÃO NEGATIVA. CULPABILIDADE. ABUSO DE CONFIANÇA. MOTIVAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. PRECEDENTES DO STJ. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM."

É o relatório. Decido.

De início, como se sabe, para cada decisão judicial corresponde um meio de impugnação. Tratando-se de *habeas corpus* nesta instância superior, a petição inicial deve indicar o ato coator, isto é, o acórdão que autoriza a cognição da matéria que se pretende infirmar.

No caso, embora o Impetrante não tenha indicado o *decisum*, mesmo havendo três acórdãos derivados de sentenças diversas juntados aos autos, observo que a **arguição lançada nas intrincadas razões relativa à inidoneidade no reconhecimento da reincidência não foi debatida pela Corte estadual** (Apelações n.ºs 0021722-33.2014.8.07.0001, 0038983-79.2012.8.07.0001 e 0013690-10.2012.8.07.0001). Logo, no caso, tal arguição não pode ser originariamente

submetida ao Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

**Em relação à alegação de ilegalidade na valoração negativa da circunstância judicial da culpabilidade**, trago à colação o seguinte trecho do acórdão (fls. 29-30; sem grifos no original):

*"Na primeira fase, a sentença valorou negativamente a culpabilidade, por considerar que o réu 'não só ludibriou a vítima quando lhe vendeu um produto e se apropriou do valor recebido, como também, preliminarmente, utilizou-se de má-fé e abuso de confiança contra Edson Almeida Lima e conseguiu deste uma procuração que lhe outorgava amplos poderes' (f. 353-v).*

*A culpabilidade, na individualização da pena, compreende juízo de reprovabilidade da conduta – maior ou menor censurabilidade do comportamento do réu.*

*[...]*

*A conduta do réu extrapolou o tipo penal do crime de estelionato, pois lesionou o patrimônio de diversas vítimas. Aproveitando-se da confiança do titular dos dados, Edson Almeida Lima, constituiu, em nome desse, pessoa jurídica destinada à venda de produtos eletrônicos e, por meio dessa, induziu diversos consumidores a erro, realizando, pela internet, vendas de produtos que nunca foram entregues."*

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, **o abuso de confiança constitui elemento excedente ao tipo penal do art. 171 do CP**, o que justifica o incremento da pena base. A propósito: AgRg no REsp 1.825.513/PA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/08/2019 (DJe 02/09/2019); AgRg no REsp 1.502.731/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018 (DJe 08/03/2018).

Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do *habeas corpus* e, nesta parte, DENEGO a ordem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora